

O Marxismo negro: raça e classe na tradição caribenha

Matheus de Carvalho Barros¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma introdução ao chamado “marxismo negro”, trazendo a contribuição de intelectuais e ativistas caribenhos que, a partir de um aporte marxista, pensaram os nexos intrínsecos entre colonialismo, racismo e capitalismo, contribuindo para o processo de descolonização teórica e política da periferia capitalista. A partir das obras de C.L.R James, Eric Williams, Walter Rodney e Frantz Fanon, objetivamos chamar ao debate temas que o marxismo hegemônico historicamente lidou com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a análise da colonialidade, do nacionalismo, do desenvolvimento desigual das sociedades periféricas e, sobretudo, a questão relacional entre raça e classe. Além disso, acreditamos que esse panorama mais geral pode contribuir modestamente para divulgar uma tradição teórica e política pouco conhecida e estudada nas ciências sociais brasileiras.

Palavras chaves: Marxismo Negro; Raça; Classe; Caribe; Descolonização

Abstract: The objective of this work is to make an introduction to the so-called “Black Marxism”, bringing the contribution of Caribbean intellectuals and activists who, from a Marxist contribution, thought about the intrinsic links between colonialism, racism and capitalism, contributing to the process of theoretical decolonization and politics of the capitalist periphery. Based on the works of C.L.R James, Eric Williams, Walter Rodney and Frantz Fanon, we aim to bring to the debate themes that hegemonic Marxism has historically dealt with some difficulty: the break with Eurocentrism, the analysis of coloniality, nationalism, the uneven development of peripheral societies and, above all, the relational issue between race and class. Furthermore, we believe that this more general panorama can contribute modestly to divulging a theoretical and political tradition little known and studied in the Brazilian social sciences.

Keywords: Black Marxism; Race; Class; Caribe; Decolonization

¹ Doutorando em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail: carvalho_barros@id.uff.br

Introdução

Nas últimas décadas, tornou-se comum – sobretudo a partir das teorias decoloniais – a crítica de que Karl Marx e sua tradição teórica seriam intrinsecamente eurocêntricos e insensíveis às particularidades da realidade concreta das sociedades não ocidentais, não se atentando, ou pelo menos não de forma satisfatória, às questões nacional, étnica e racial, por exemplo (MOORE, 2010; LANDER, 2007). Entretanto, alguns pesquisadores e pesquisadoras têm contribuído para desmistificar essa visão limitadora e determinista sobre o filósofo alemão e o conjunto do materialismo histórico (ANDERSON, 2016; TIBLE; 2020; MUSTO, 2018).

As críticas ao marxismo tendem a ignorar justamente a capacidade do materialismo histórico para se modificar e se refinar a partir da experiência concreta. Acreditamos que a “adaptabilidade” da tradição oriunda de Marx permite que o seu arsenal teórico seja capaz de pensar e explicar satisfatoriamente categorias e problematizações alheias ao contexto europeu, a partir da sua confrontação com outras realidades históricas e geográficas (MITROVIC; LEÓN, 2022).

A problemática das opressões, por exemplo, tem ganhado grande centralidade, visibilidade e diversidade no que se refere à configuração das lutas e dos conflitos da vida social contemporânea, suscitando variados debates na academia e mobilizado ativistas e movimentos sociais diversificados (MARTUSCELLI; SILVA, 2021).

Nesse contexto, as discussões sobre as possibilidades, ou não, de apreendermos a complexidade do racismo tendo como aporte teórico o marxismo, bem como sobre a relação, ou não, entre raça e classe, têm sido amplamente pautadas. Contudo, como nos aponta Souza (2021), cada vez mais, formam-se questões eivadas de reducionismo, superficialidades e falsas contradições, em meio às quais tanto os negadores do marxismo, quanto muitos marxistas, mantêm-se em situações que refletem, antes de mais nada, a recusa à própria realidade.

Se em Marx o proletariado urbano é por excelência o sujeito histórico da revolução, aqui no Continente Americano - cuja persistência do colonialismo e as heranças da ordem escravocrata ainda estão, em alguma medida, vivas entre nós – estariam os elementos necessários para atribuir aos negros e aos indígenas o status de agentes por excelência das transformações radicais capazes de destruir a ordem

burguesa (SANTOS, 2020). Como nos aponta Maria de Fátima Silveira (2021), por serem os grupos mais explorados e subalternizados, o protagonismo do negro e dos povos indígenas apresenta-se como fundamental na luta emancipatória contra o colonialismo e o capitalismo vigentes.

Isto posto, o objetivo deste trabalho é fazer uma introdução ao chamado “marxismo negro”, trazendo a contribuição de intelectuais e ativistas caribenhos que, a partir de um aporte marxista, pensaram os nexos intrínsecos entre colonialismo, racismo e capitalismo, contribuindo para o processo de descolonização teórica e política da periferia capitalista. A questão central é chamar ao debate temas que o marxismo hegemônico historicamente lidou com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a análise da colonialidade, do nacionalismo, do desenvolvimento desigual das sociedades periféricas e, sobretudo, a questão relacional entre raça e classe.

Nesse sentido, a análise será centrada na persistência colonialismo, no desenvolvimento desigual e combinado das sociedades periféricas e no papel dos sujeitos racializados enquanto protagonistas por excelência das transformações radicais.

É importante ressaltar que, tendo em vista os limites deste trabalho, não temos a intenção e nem condições de esgotar esse debate que é tão amplo e complexo. O objetivo é discorrer sobre esses temas a partir das contribuições de alguns dos personagens mais importantes do chamado “Marxismo Negro” como: C.L.R James, Eric Williams, Walter Rodney e Frantz Fanon. Nesse sentido, alguns autores e autoras não poderão ser incluídos ou irão aparecer pelo menos de forma secundária, como por exemplo, Aimé Césaire, George Padmore e Oliver Cox. Acreditamos que esse panorama mais geral pode contribuir modestamente para divulgar uma tradição teórica e política pouco conhecida e estudada nas ciências sociais brasileiras.

O Pensamento Crítico Caribenho e o “Marxismo Negro”

O Pensamento Social Crítico dos últimos cinquenta anos na região do Caribe foi marcado por uma produção extensa e, provavelmente, a de maior relevância na história intelectual desta pequena, porém intensa região de “Nuestra America” (GARCÍA, 2017).

As crises da Europa posteriores a Segunda Guerra Mundial, o auge da Guerra Fria, o início do processo de descolonização na Ásia e na África, o triunfo da Revolução Cubana e o papel hegemônico dos Estados Unidos – com seu inveterado racismo e

segregação que faziam germinar o Movimento pelos Direitos Civis – colocavam no mesmo contexto as preocupações de intelectuais Antilhanos como Marcus Garvey, George Padmore, C.L.R James, Eric Williams, Aimé Césaire, Frantz Fanon e Walter Rodney. Esses ativistas e intelectuais foram os pilares dos processos disruptivos iniciados nos anos 1960, convertendo-se em fundadores de perspectivas críticas e emancipadoras do mundo colonial. A experiência caribenha e a crítica realizada pelos seus intelectuais foram essências para os processos de descolonização – não apenas na região do Caribe, mas também no continente africano - e para o enfrentamento da segregação e do racismo no sul dos Estados Unidos (PICO, 2020; PINTO, 2020).

O período entre as décadas de 1960 e 1980 tiveram como imperativo a construção de sociedades com políticas sociais mais justas. Como bem assinala Pinto (2020), nesse contexto se buscaram modelos de desenvolvimento para os países periféricos e foi constante o debate sobre a identidade, a negritude, a história, a cultura, a língua e os modos de alcançar não apenas a libertação política, mas também novas formas de se pensar a produção e reprodução dos saberes. Nesse mesmo contexto, García (2017) destaca o surgimento de instituições culturais, revistas acadêmicas e universidades como a Universidad de las West Indies (UWI), criada em 1962 com sedes em Mona (Jamaica), Cave Hill (Barbados) e St. Augustine (Trinidad), ligadas diretamente à Universidade de Londres, e que posteriormente foi estendida e disseminada por quase todas as ilhas anglófonas. De forma parecida, em 1982 foi fundada a Universidade de Las Antilhas e Guiana, com sedes na Martinica, Guadalupe y Cayena e nas ilhas holandesas.

Segundo Felix Valdés García (2017), a partir da década de 1960, o tema da “revolução” se torna algo recorrente na região do Caribe. Nesse sentido, o legado da Revolução Haitiana liderada por Toussaint de L’ouverture e os impactos das mudanças radicais que estavam ocorrendo em Cuba se tornam referências fundamentais para se pensar alternativas que desafiassem a ordem vigente e os status socioeconômicos insular.

Sendo assim, a pretensão de construir teorias a partir da experiência da escravidão africana, do tráfico dos escravos, do *plantation*, do desenvolvimento desigual do capitalismo periférico e do questionamento dos valores e representações simbólicas dominantes, tornaram-se marcas registradas da reflexão intelectual insular (GARCÍA, 2017).

Na esteira dessas reflexões, Daniel Montañez Pico, no seu livro *Marxismo Negro: Pensamiento descolonizador Del Caribe Anglófono* (2020), ressalta que, dada as circunstâncias históricas, o pensamento crítico caribenho foi marcadamente “descolonizador”. Não apenas por ser um empreendimento intelectual destinado a combater a narrativa eurocêntrica sobre o desenvolvimento da modernidade, mas também porque visa contribuir para a construção de uma *práxis* radical de libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial, imperialista ou neocolonial.

Dentro do universo do pensamento descolonizador do Caribe, Daniel Pico (2020) se concentra na análise de uma corrente específica que teria se sobressaído no século XX: o *Marxismo Negro*. Segundo o autor espanhol, essa corrente intelectual e política se notabilizou por refletir sobre as contradições da experiência de vida da população negra da região caribenha a partir de uma perspectiva marxista. Mas é mais do que isso. Ao enfatizar o estudo do racismo, esse empreendimento teórico acaba combatendo as tendências eurocêntricas presentes na maioria das correntes do chamado “marxismo ocidental”, que não trataram de entender a questão racial em toda a sua complexidade, muito provavelmente por não ser uma experiência própria da maioria do proletariado europeu. Nessa perspectiva, o marxismo negro se origina do esforço em mostrar como tanto na teoria quanto na prática, a raça e a classe não são elementos antagônicos, mas sim complementares e inseparáveis.

Segundo Pico (2020), o marxismo negro representa uma espécie de “calibanização” do marxismo. Calibã, personagem de William Shakespeare em *A Tempestade* (1612), é filho de Sycorax, uma mulher negra que vivia na ilha onde Próspero naufragou. Criado e escravizado por ele, Calibã só pode amaldiçoar os maus-tratos recebidos na linguagem de seu próprio opressor, já que é a única que ele conhece. É Próspero que “dá” a linguagem a Calibã e, com ela, reforça a sua dominação (PINTO, 2020).

Essa passagem literária tem sido interpretada por diversas correntes do pensamento de todo o mundo, com especial ênfase no pensamento latino-americano e caribenho. George Laming, romancista e ensaísta de Barbados, foi o primeiro a interpretar Calibã como uma metáfora para se compreender as condições de existência do povo caribenho em seu ensaio *Los placeres del exílio* (1960). Posteriormente, o poeta e ativista martinicano Aimé Césaire retomou a ideia em sua obra teatral *La Tempestad: adaptación para un teatro negro* (1969). Por último, o poeta e pensador cubano Roberto Fernández Retamar pensou o personagem de Shakespeare como uma metáfora das lutas

e da condição de vida de toda “Nuestra America” em seu ensaio *Caliban* (1971) (Pinto, 2020).

Esta interpretação põe ênfase no fato de que o pensamento crítico e as lutas revolucionárias do continente americano são próprias e originais, ainda que se expressem em termos ocidentais. Nesse sentido, como bem destaca Daniel Pico (2020), no marxismo negro é a teoria marxista que se adapta e se transforma para analisar a história e as experiências de vida da população negra, e não ao contrário, tomando o “negro” um significado epistemológico que está para além da cor da pele de quem teoriza. Sendo assim, Ramon Grosfoguel define o marxismo negro da seguinte maneira:

Em resumo, o que define o marxismo negro não é a cor da pele do autor, mas sim as teorias que nascem do pensamento crítico que se produz a partir do empreendimento de teorizar a articulação entre dominação racial e a exploração de classe desde a experiência vivida pelos corpos negros no mundo dos brancos (GROSFOGUEL, 2018, p. 9).

Uma das questões fundamentais para compreender a abordagem do marxismo negro é entender o conceito de raça utilizado por seus autores. Segundo Grosfoguel (2018), ao contrário da propaganda pseudocientífica burguesa, a raça não é compreendida aqui em um sentido supostamente biológico que determina graus de superioridade e inferioridade entre os seres humanos. Dentro desta tradição teórica, a raça é compreendida como uma construção ideológica que legitima uma hierarquização de caráter fundamentalmente econômico, fazendo com que o valor da força de trabalho da maioria da população não-branca seja menor do que o valor da força de trabalho da população considerada como branca. Seguindo as orientações de Ruy Mauro Marini (2017), poderíamos dizer, então, que a maior parte da classe trabalhadora não-branca é “superexplorada”.

Como bem destacam Williams (2012), Rodney (1975) e James (2010), de um ponto de vista histórico, a divisão racial do trabalho aparece ligada à história do capitalismo desde a suas origens como um elemento fundamental para seu surgimento e seu desenvolvimento como um sistema mundial. Se por um lado, a divisão racial do trabalho serviu para justificar a escravização e superexploração de grandes grupos humanos - como foi o caso da população negra nas plantações do Caribe, cujo trabalho foi um pilar imprescindível para alavancar a revolução industrial inglesa -, por outro lado, a hierarquização da classe trabalhadora feita através de uma chave racial, permite

estabelecer interesses distintos no interior desta mesma classe, o que dificulta sua ação política como classe unificada, já que os trabalhadores classificados como brancos se beneficiam em parte da superexploração dos “negros”.

Desta forma, no interior desta tradição teórica, a raça não é entendida somente como um problema “superestrutural”, mas sim como um princípio estrutural organizador da economia política capitalista que determina qual fração da população mundial pode ser superexplorada (GROSFOGUEL, 2018). Significa dizer então, dentro de uma lógica marxista, que se há uma “ideologia racista”, é porque existe previamente uma “estrutura racista”. Como Pico (2020) chama a atenção, a ideologia racista, aperfeiçoada no século XIX pelos estudos pseudocientíficos como os de Karl Vogt ou Hebert Risley, é precedida por vários séculos de divisão social do trabalho baseado em critérios raciais. Ou seja, isso significa dizer que a divisão social do trabalho precede e é o fundamento da emergência do racismo enquanto uma ideologia que busca legitimar esta realidade.

Portanto, o racismo é concebido como uma série de práticas, discursos e atitudes dirigidas a legitimar e manter a superexploração de sujeitos e povos “de cor”. Como destaca Hernández (2021), a “tradição marxista negra” é marcada por identificar a articulação entre capitalismo e escravidão e seus efeitos na expropriação, racialização e violência sistemática sobre as populações negras e indígenas. Faz parte de uma tradição de marxistas com uma leitura perspicaz e complexa sobre os efeitos do colonialismo nesse “laboratório” que foi o caribe, a ideia de que raça se erigiu como um princípio organizador das relações sociais no mundo moderno. Assim sendo, “a los marxistas negros les interesa no solo el estudio del racismo como ideología, sino sobre todo los fundamentos materiales que sostienen y hacen emerger esa ideología, especialmente para el caso de la población categorizada como negra” (PICO, 2020, p. 27).

Colonialismo e o desenvolvimento desigual

Utilizado para a elucidação das relações de dominação na América Latina e no Caribe, o conceito de colonialismo foi retomado com força a partir da influência que as lutas pela independência e descolonização nos países africanos e asiáticos exerceram acerca da consciência de um Terceiro Mundo. Esses acontecimentos tiveram uma repercussão importante, sobretudo na esquerda caribenha, ao despertar um debate sobre

relações coloniais na região especialmente pelos escritos de Aime Cesaire, Frantz Fanon, C.L.R James, Walter Rodney, entre outros (SILVEIRA, 2018).

Nas principais obras desses autores, *Os Jacobinos Negros* (1938), de Cyril James, *Capitalismo e Escravidão* (1944), de Eric Williams, *Os condenados da terra* (1961), de Frantz Fanon e *Como a Europa subdesenvolveu a África* (1972), de Walter Rodney, são destacados os limites estruturais dos processos de independência, a consequente persistência do colonialismo, assim como se lança a base para se pensar o chamado argumento pós-colonial e decolonial das décadas seguintes.

Neste contexto, a questão do colonialismo é recuperada e denuncia-se a sua permanência na continente americano, atuando não apenas nas relações externas, mas também internamente. Trata-se inclusive do conceito de “colonialismo interno”, que procurará explicar as relações de domínio e exploração por parte das elites brancas com relação às populações racialmente discriminadas em termos de permanência de relações coloniais. Como nos demonstra Silveira (2018), os Estados de origem colonial e suas classes e etnias/raças dominantes atualizaram as relações coloniais de dominação sobre minorias raciais que se encontram no interior de suas fronteiras políticas, operando também no terreno econômico, social e cultural.

Nesse contexto, um tema fundamental para se compreender as especificidades do desenvolvimento desigual do continente Americano e a persistência de estruturas coloniais, é a questão da escravidão e sua relação umbilical com o capitalismo. Nesse aspecto, a contribuição de Eric Williams ² (1911- 1981) é imprescindível.

Segundo Rafael Marquese (2012), a pesquisa que Eric Williams desenvolveu ao longo de seu doutorado, ao focar os fatores econômicos na abolição do tráfico transatlântico de escravos e da escravidão negra no império britânico, afastou-se dos cânones de interpretação então vigentes sobre aquele processo. Se a publicação de *Jacobinos negros* ³ em 1938 na Inglaterra rompeu com o silêncio reinante acerca do

² Eric Eustacio Williams nasceu na colônia de Trinidad e Tobago em 1911. Primogênito de onze irmãos, filho de um modesto funcionário dos correios locais, sua infância foi marcada por grandes privações, o que não o impediu de se destacar como ótimo estudante na escola primária. Aos onze anos, obteve uma bolsa para estudar na Queen's Royal College, em Porto de Espanha, um dos raros canais de ascensão social via educação abertos à população negra pobre da colônia. Nesta instituição, o historiador, jornalista e militante político C.L.R James foi um dos seus tutores. Dez anos mais velho, James seria uma referência decisiva em toda a sua vida intelectual e política. A influência do autor de *Jacobinos negros* deve ter pesado na escolha de Williams pelo curso de história, contra a predileção de seu pai, que preferia vê-lo estudar direito ou medicina. Para uma análise mais sistemática da trajetória de Williams ver: Marquese (2012) e Pico (2020).

³ A obra de Cyril James será analisada mais adiante.

Haiti na historiografia, a pesquisa empreendida por Williams irá desafiar a literatura dominante ao expor os nexos intrínsecos entre a escravização dos povos africanos e o desenvolvimento do capitalismo.

Wagner Damasceno (2020) argumenta que em 1944, Eric Williams publicou a pesquisa historiográfica mais consistente sobre a escravidão no Caribe de seu tempo. Negro e marxista, no entanto, Williams teria recebido em resposta à sua obra um incomodo silêncio acadêmico. Na esteira deste argumento, Pico (2020) também ressalta que de fato, *Capitalismo e Escravidão* desafiava o establishment de Oxford e, por extensão, toda a ideologia imperial britânica. O estilo irônico e a organização esquemática, não necessariamente cronológica dos capítulos do livro, demonstravam que Williams abandonara os padrões de uma tese acadêmica buscando uma maneira de atingir diretamente os leitores caribenhos, auxiliando-os a fundar politicamente o nacionalismo.

Em *Capitalismo e Escravidão* o próprio Williams denunciava que “a dependência em relação ao tráfico de escravos se mostrou muito constrangedora para os historiadores (britânicos) sensíveis e patrióticos” (WILLIAMS, 2012, p. 105). E era categórico ao afirmar que, dentre outras coisas, “o império Britânico era uma superestrutura magnificente do poder naval e do comércio americano sobre uma fundação africana” (WILLIAMS, 2012, p. 91). Nesse sentido, sua obra é indispensável para a compreensão do colonialismo europeu.

No prefácio do seu livro, Williams (2012) deixa claro que o objetivo da obra é uma tentativa de colocar em perspectiva histórica a relação entre a formação do capitalismo - exemplificado pela Grã-Bretanha -, o tráfico de escravos negros e o comércio colonial entre os séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, o historiador de Trinidad deixa claro que seu livro não é um ensaio de ideias ou interpretação, mas estritamente “um estudo econômico do papel da escravidão negra e do tráfico de escravos na constituição do capital que financiou a Revolução Industrial na Inglaterra” (WILLIAMS, 2012, p. 1). A pesquisa empreendida por Williams não é necessariamente um estudo da instituição da escravidão, “mas da contribuição da escravatura para o desenvolvimento do capitalismo britânico” (WILLIAMS, 2012, p. 1).

Portanto, a originalidade da obra de Williams é demonstrar o vínculo umbilical entre capitalismo, escravidão e racismo. Segundo o historiador de Trinidad:

A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se a uma feição racial ao que

é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no novo mundo foi vermelho, branco e amarelo; católica, protestante e pagão (WILLIAMS, 2012, p. 34).

Primeiro foi o indígena, roubado, escravizado e assassinado, depois os brancos pobres que eram engajados (que antes de partir da terra de origem assinavam um termo de engajamento no qual se obrigava a trabalhar por tempo determinado para custear o preço da passagem) e quitadores (que combinavam com o capitão do navio que pagariam a passagem logo na chegada, ou dentro de certo prazo a contar da chegada). Além desses, havia os “criminosos” condenados, enviados pelo governo inglês para trabalhar também por um período determinado. Tudo isso em sintonia com as doutrinas mercantilistas, que prescreviam a emigração de pobres, fosse voluntária ou não (DAMASCENO 2020; WILLIAMS, 2012).

E, embora as condições de trabalho dos engajados fossem terríveis, eram completamente diferentes das dos escravos:

A privação da liberdade do engajado era por tempo limitado, o negro era escravo por toda a vida. A condição do engajado não se transmitia aos filhos, os filhos dos negros herdavam a condição da mãe. O senhor jamais teve controle absoluto sobre a pessoa e a liberdade do engajado, tal como o tinha sobre o escravo (...) (WILLIAMS, 2012, p.48).

A substituição dessa força de trabalho obedeceu às causas econômicas, já que o negro escravizado era mais barato: “o dinheiro por dez anos de serviço de um branco comprava toda a vida de um negro” (WILLIAMS, 2012, p. 50). Nesse sentido, Williams assim afirma:

Eis aí, portanto, a origem da escravidão negra. A razão foi econômica, não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada ao trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior [...] Suas feições, o cabelo, a cor e dentição, suas características “sub-humanas” tão amplamente invocadas, não passaram de racionalização posterior para justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e o mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática extraída da experiência pessoal do fazendeiro. Ele iria até a lua se precisasse, para

conseguir mão de obra. A África ficava mais perto do que a lua, mais perto também do que as terras mais populosas da Índia e da China. Mas estas também teriam a sua vez (WILLIAMS, 2012, p. 50-51).

Vale a pena ressaltar que, embora tenha tratado exclusivamente da Inglaterra e do Caribe, as conclusões de Eric Williams são aplicáveis à relação entre escravidão e o racismo desenvolvido no Brasil. Ao recuperar na história o processo de engajamento de brancos pobres na América, o intelectual de Trinidad desestrutura “o velho mito de que os brancos não aguentariam os rigores do trabalho braçal no clima do Novo Mundo e que por isso, e apenas por isso, as potências europeias tiveram de recorrer aos africanos” (WILLIAMS, 2012, p. 51). As conclusões de Eric Williams demonstram que a escravidão negra no capitalismo não foi uma escolha “raciológica”, mas sim econômica. Desta forma, segundo Wagner Damasceno (2020), as conclusões de Williams ampliam as análises marxianas sobre a acumulação primitiva presentes em *O Capital*.

Uma importante referência para pensarmos a articulação entre capitalismo, colonialismo e suas heranças estruturais para as sociedades periféricas, é Walter Rodney⁴ (1942-1980) e seu clássico *Como a Europa subdesenvolveu a África*⁵, publicado em 1972. O uso criativo do marxismo aliado a um vasto e notável conhecimento sobre a história do continente africano permitiu a Rodney formular um conceito original de desenvolvimento e uma interpretação singular dos processos históricos. O desafio de pensar a partir da África o problema do “subdesenvolvimento” – tema que ocupou a agenda teórica e política de parte significativa da esquerda no Sul global, bem como a de organismos internacionais nos anos 1960 e 1970 – obrigou o autor a ampliar os marcos temporais de sua investigação para o período anterior à era moderna, a fim de demonstrar como o grande continente havia se desenvolvido e contribuído para o florescimento do capitalismo europeu.

Esse deslocamento lhe permitiu compreender que os processos históricos têm ritmos diferentes e desiguais e não conformam estágios uniformes de evolução da organização social. Essa imersão na história também foi fundamental para explicitar a

⁴ Walter Anthony Rodney nasceu em Georgetown (Guiana) em uma família de classe trabalhadora imersa na vida política, fruto da união do alfaiate Edward Percival com a costureira Pauline Rodney. Nos anos de 1940, seu pai foi um militante ativo do movimento nacionalista People’s Progressive Party, liderado pelo indo-guyanês Cheddi Jagan, que exerceu um papel fundamental na luta anti-imperialista e na história política recente da Guiana independente. Por essa razão, desde muito jovem, Rodney foi consciente da sua condição racial e de classe. Para uma análise mais sistemática sobre a vida e a obra de Rodney ver: Hernandez (2018) e Pico (2020).

⁵ No final de 2022, a editora Boitempo publicou a primeira versão brasileira do clássico de Walter Rodney.

importância do colonialismo e da escravidão moderna para o subdesenvolvimento das sociedades africanas.

Como a Europa subdesenvolveu a África foi publicado na década de 1970, se configurando como um dos estudos pioneiros sobre a história da África numa perspectiva marxista, apontando para soluções práticas no sentido de combater o atraso econômico e político do continente (CAVLKA, 2021). A obra de Rodney é marcada por uma escrita que carrega a sua rigorosidade analítica, mas que ao mesmo tempo é acessível ao público não acadêmico.

No prefácio de sua obra, o historiador guianês esclarece que “o contexto deste livro é a situação da África dos nossos dias. Rebusca o passado unicamente porque de outra forma seria impossível compreender o presente e decifrar as linhas de orientação para o futuro” (RODNEY, 1975, p. 9). Rodney (1975) destaca que, para se compreender aquilo que é chamado de “subdesenvolvimento”, os limites de seus estudos tiveram que ser estabelecidos entre o século XV e o fim do período colonial.

Tendo em vista que a maioria dos países africanos já havia conquistado sua independência política, o problema de saída era explicar o porquê de esses países seguirem com o desenvolvimento econômico extremamente baixo, se comparado ao Ocidente europeu. Rodney ressalta que o objetivo fundamental de sua obra é contribuir de algum modo “para reforçar a convicção de que o desenvolvimento africano só se tornará realidade se se romper com o sistema capitalista internacional, o qual tem sido o principal fator do subdesenvolvimento da África nestes últimos cinco séculos” (RODNEY, 1975, p. 9). Desta forma, o propósito foi mais “alcançar africanos que desejam conhecer cada vez mais a essência da sua exploração do que satisfazer os padrões dos nossos opressores e dos seus porta-vozes no mundo acadêmico” (RODNEY, 1975, p. 10).

Como o próprio Rodney destaca, seu trabalho recorre ao passado para fazer inteligíveis as condições materiais que fizeram com que o continente africano chegasse a ser o que era no século XX. O historiador da Guiana deixa bem claro que o seu interesse não aspira somente a uma erudição – ou de contribuir com o conhecimento em si mesmo – pelo contrário, seu trabalho pretendia ser uma ferramenta que estimulasse o desenvolvimento de políticas que influenciasses diretamente o desenvolvimento da África. Nesse sentido, como bem destaca Angela Davis (2022), o termo “militante-acadêmico” adquire o seu significado mais vigoroso quando empregado para

caracterizar a paixão generativa que liga a pesquisa de Rodney à sua determinação para acabar com todos os desdobramentos do colonialismo e da escravidão no planeta.

Segundo Roberto Hernandez (2018), o trabalho de Rodney se insere na Tradição caribenha de reconstruir a história não a partir do relato do opressor, mas sim desde o ponto de vista dos “condenados da terra”, da mesma forma que *Os Jacobinos Negros* de Cyril James e *Capitalismo e Escravidão* de Eric Williams e *Os condenados da terra* de Frantz Fanon. O historiador da Guiana analisou a economia, política e a cultura tendo um marxismo criativo e fecundo como metodologia. Buscou sempre a totalidade dos aspectos da vida social tendo em vista as lutas, as contradições infra-africanas, infra-europeias e entre africanos e europeus de sorte a refletir sobre o desenvolvimento tecnológico, as relações de poder, a persistência do colonialismo, os limites e as possibilidades advindas do encontro de sistemas sociais distintos.

Portanto, a análise de Walter Rodney refletia uma sóbria e bem fundamentada investigação histórica formada por categorias e críticas marxistas, com um profundo senso de conjuntura definida pelos levantes revolucionários globais, especialmente as lutas de libertação africana que estavam acontecendo naquele momento (DAVIS, 2022).

Entretanto, a análise sobre o colonialismo teve sua expressão mais radical e complexa no pensamento do martinicano Frantz Fanon⁶. A revisão de sua tese⁷ de doutorado em psiquiatria dará origem ao célebre *Pele negra, máscaras brancas* (1952), livro que marcaria a história dos estudos sobre racismo ao ser retomado por intelectuais ingleses na década de 1980, na chamada virada pós-colonial. Nesta obra, Fanon apropria-se dos clássicos da psicologia, filosofia, sociologia e mesmo da literatura, buscando nas relações sociais a explicação para as *alienações psíquicas*. Segundo Deivison Faustino (2013), vale ressaltar que a alienação para o psiquiatra da Martinica não se resumia, como ocorre no senso comum, a uma falta de conhecimento sobre algo

⁶ O psiquiatra Frantz Omar Fanon nasceu em julho de 1925, no seio de uma família de classe média em Forte France, Martinica, região francesa no Caribe. A Martinica ainda hoje é considerada um departamento ultramarino insular francês. Fanon morreu de leucemia, em 1961, com apenas 36 anos. Para uma análise mais sistemática sobre a vida e a obra de Frantz Fanon ver: FAUSTINO, 2013; 2018; 2021.

⁷ Em 1946 Fanon iniciou o seu curso de medicina em Lyon (França metropolitana) e neste período, participou de diversos seminários e debates universitários, onde entrou em contato com renomados pensadores discutidos na França nesta época como Sartre, Jaspers, Lacan, Marx, Hegel, Nietzsche, entre outros. Em 1952, quando termina o seu curso, Fanon escreve a primeira versão de sua tese de doutorado em psiquiatria, mas esta foi rejeitada por confrontar as correntes positivistas então hegemônicas na área. Decepcionado, escreve então uma segunda tese que nomeou como: *Transtornos mentais e síndromes psiquiátricas em degeneração espinho-cerebelar-hereditária*. Depois de intensos e acalorados debates com a banca examinadora, seu trabalho foi aprovado, e ele enfim, pode exercer sua profissão (FAUSTINO, 2013).

ou sobre si, mas sim, a uma *perda de si* ou da capacidade – implicada em situações sociais concretas – de se autodeterminar como indivíduo ou grupo social, subordinado ao colonialismo.

Mas o que seria o colonialismo para o intelectual orgânico da Frente de Libertação Nacional da Argélia⁸? Como demonstra Faustino (2021), a reposta para essa pergunta tem recebido diferentes respostas, a depender dos pressupostos teóricos e políticos de cada leitor ou tradutor de Fanon. Uma leitura muito recorrente da obra de Fanon, por exemplo, é empreendida pelos chamados *Estudos culturais* ou *Pós-coloniais*. Orientados por uma perspectiva pós-estruturalista, essa tradição tem retomado a leitura fanoniana a partir de uma leitura do colonialismo como “discurso” (ou paradigma) implícito à sociedade moderna, promotora de experiências racializadas. Segundo essa corrente, a contribuição central de Fanon seria a ruptura com uma noção essencialista da identidade (hegeliana) rumo a uma noção aberta aos jogos fluidos – como contraposição a ontológicos – da identificação.

Entretanto, uma análise mais apurada de seus textos permite afirmar que para o autor da Martinica o “hábito de considerar o racismo como uma disposição do espírito, ou como uma tara psicológica, deve ser abandonado” (FANON, 2008, p. 42) para dar lugar a uma análise que considere “a medida em que as coisas, no sentido mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares (FANON, 2008, p.29). Isto significa, que ele analisa o racismo e a racialização, bem como seus efeitos subjetivos, como parte do complexo colonial capitalista. É nesse sentido que o martinicano argumenta em *Pele negra, máscaras brancas* que: “a análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciências das realidades econômicas e sociais (FANON, 2008, p.28).

O empreendimento colonial não se resume a um confronto de culturas, ao contrário, materializa-se a partir da asfixia, desmantelamento, e substituição violenta dos modos e relações de produção pré-existentes em determinados territórios em função dos interesses metropolitanos de acumulação de capitais. Desta forma, o colonialismo é

⁸ A Frente de Libertação Nacional foi um partido nacionalista argelino. A Frente foi criada em primeiro de novembro de 1954 como uma fusão de pequenos partidos, com o objetivo de conquistar a independência da Argélia frente à França.

para Fanon, tal como em Marx⁹, uma forma de exploração econômica particular baseada, essencialmente, no “emprego das forças armadas” (FAUSTINO, 2021).

Todavia, alerta Fanon, “não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro” (FANON, 2008, p. 41). Este “negócio comercial gigantesco” cria nas colônias um mundo violentamente “cindido em dois” (FANON, 2010, p. 55), onde a fronteira entre quem domina e quem é dominado é de tal forma demarcada que o sistema não se sustentaria sem a existência de poderosos mecanismos de coerção e legitimação. Apontando pioneiramente para esse tipo de estranhamento, Marx afirmou que “um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo” (MARX, 2010, p. 45). Fanon, porém, vai mais adiante e sugere que é apenas em determinadas circunstâncias que uma pessoa se torna negra, aliás, como afirmou, “é o branco que cria o negro (*nègre*)” (FANON, 1968, p. 32) no exato momento em que não reconhece a sua humanidade (FAUSTINO, 2013).

A perspectiva de Fanon nos permite perceber o quanto essa prática de negação da humanidade não ficou apenas circunscrita aos territórios colonialmente ocupados, mas também se configurou como um eixo estruturante da própria modernidade: “Sim! A civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (FANON, 2008, p. 88-89).

Como já mencionado anteriormente, uma das contribuições fundamentais do psiquiatra da Martinica é a análise da interiorização subjetiva, por parte do colonizado, dos complexos oriundos da situação colonial. Como aponta Faustino (2018), a “racialização” das experiências do colonizado marcam a sua relação com o mundo e consigo, proporcionando-lhe uma autoimagem distorcida. Desse modo, um dos primeiros aspectos da racialização é a “epidermização” dos lugares e posições sociais, ou seja, “aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida” (FAUSTINO, 2018, p.154).

E esta seria a raiz da figuração do colonizado como um ser enclausurado em seu corpo, tido quase sempre como bruto, rústico e emocionalmente instável, em contraposição ao europeu, apresentado sempre como expressão universal das qualidades

⁹ Em uma passagem de O Capital, Marx afirma que: “O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo [...] Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformaram em Capital [...] Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época [...] Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade” (MARX, 2013, p. 823-824).

úteis ao controle do mundo. Tanto a pretensa europeização da razão ou do sujeito, quanto a objetificação reificada do negro – ou não branco/ocidental/europeu -, são expressão desse mesmo processo de racialização (FANON, 2008; FAUSTINO, 2018).

Fanon destaca que uma das especificidades da racialização é justamente a interiorização subjetiva, tanto por parte do colonizador quanto por parte do colonizado, desta epidermização.

É o momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos para ver a si e ao outro por meio da lente distorcida do colonialismo. A fantasmagórica e hierárquica contraposição binária entre Branco x Negro é assumida por ambos como identidade fixas e essenciais, moldando de forma empobrecedora a percepção de si e do mundo (FAUSTINO, 2018, p. 154).

A partir da relação de sujeição dos colonizados aos colonos europeus se estabelece o que Fanon (2008) chama de duplo narcisismo. Neste, “o branco está preso em sua branquitude e o negro está preso em sua negritude” (FANON, 2008, p. 27). Nesse contexto, a representação de si se constrói na relação de oposição ao outro. Ou seja, para o martinicano, dentro desse sistema, resta apenas uma alternativa ao colonizado que deseja se valorizar: ocupar o lugar do outro, pois só o outro pode ser completo. E essa negação de si coloca o colonizado numa posição neurótica, num confronto psíquico contra si próprio e como consequência nasce nele um “complexo de inferioridade”. É justamente deste complexo que o colonialismo europeu se apropria e se alimenta (SAPÉDE, 2011).

Todavia, em Fanon, só é possível compreender a constituição do colonialismo e suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, se tomarmos em conta as suas determinações históricas concretas, ou seja, a modernidade capitalista e sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação (FAUSTINO, 2018).

Neste contexto, Fanon argumenta que, para se compreender as especificidades do mundo colonial, as análises marxistas devem ser “estendidas”:

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as

análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial (FANON, 2010, p. 56).

Sendo assim, o revolucionário da Martinica não seria adepto das teorias que advogam que a luta de classes não diz respeito ao continente africano. Pelo contrário, é exatamente pela sua centralidade, que a realidade particular dos países africanos deve ser considerada, sob o risco de se ver fracassar qualquer projeto político, econômico e social alternativo.

Os “condenados da terra” na vanguarda da história

Se em Marx o proletariado urbano é por excelência o sujeito histórico da revolução, aqui no Continente Americano - cuja persistência do colonialismo e as heranças da ordem escravocrata ainda estão, em alguma medida, vivas entre nós – estariam os elementos necessários para atribuir aos negros e aos indígenas o status de agentes por excelência das transformações radicais capazes de destruir a ordem burguesa (SANTOS, 2020). Como nos aponta Maria de Fátima Silveira (2021), por serem os grupos mais explorados e subalternizados, o protagonismo do negro e dos povos indígenas apresenta-se como fundamental na luta emancipatória contra o colonialismo e o capitalismo vigentes.

No interior da tradição crítica caribenha, provavelmente a expressão mais importante do protagonismo dos sujeitos racializados seja o livro *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, de C.L.R James¹⁰, publicado em 1938 o único traduzido na íntegra para o português.

No prefácio do livro, James relembra qual foi sua intenção ao escrevê-lo:

Os Jacobinos Negros foram publicados pela primeira vez na Inglaterra em 1938, mas eu já havia escrito sobre o mesmo assunto antes de deixar Trinidad em 1932. A ideia me acompanhava havia algum tempo. Estava cansado de ler e de ouvir a respeito das perseguições e da opressão aos africanos na África, na Rota do Meio, nos Estados Unidos e em todo Caribe. Convenci-me da necessidade de escrever

¹⁰ Cyril Lionel Robert James nasceu em Trinidad e Tobago no ano de 1901. O marxista caribenho foi um dos pensadores críticos mais importantes de todo o século XX e quiçá a figura mais proeminente do pensamento crítico das Antilhas Anglófonas e do Caribe em geral. Sua obra tem sido cada vez mais estudada e recuperada por diferentes perspectivas devido à abrangência das temáticas que abordou. James é apontado como pioneiro em diferentes âmbitos como a novela caribenha, a “História vista de baixo” e a reflexão filosófica marxista da dialética hegeliana. Para uma análise mais sistemática sobre a vida e a obra de James ver: Pico (2020), Robinson (2021) e Zanin (2020).

um livro no qual assinalaria que os africanos ou os seus descendentes, em vez de serem constantemente o objeto da exploração e da feridade de outros povos, estariam eles mesmos agindo em larga escala a moldando outras gentes de acordo com as suas próprias necessidades (JAMES, 2010, p.11).

Segundo Daniel Pico (2020), esta obra de James está atravessada por uma perspectiva global tão característica da produção artística e intelectual do Caribe. Desde um primeiro momento, a revolução de São Domingos (atual Haiti) é analisada em relação aos acontecimentos mundiais do seu tempo com especial ênfase para a revolução francesa. Em um brilhante golpe contra o eurocentrismo, o marxista de Trinidad situa com mais força que nunca as Antilhas e os escravos afrodescendentes como parte fundamental da história do mundo moderno.

Na esteira desta argumentação, Valter Zanin (2020) ressalta que a obra de C.L.R James atribuiu o papel de protagonistas ativos das transformações da modernidade aos escravos afro-americanos, que até então apareciam como sujeitos passivos e meras vítimas ou mesmo figuras que nem sequer apareciam nas narrativas e análises do mundo moderno. Para Zanin (2020), a operação científica e política-cultural de James consiste, portanto, em questionar a afirmação de que as revoluções burguesas e socialistas só podem ser desencadeadas e plenamente realizadas por camadas burguesas e proletárias que seriam supostamente mais avançadas no nível ideológico.

É importante destacar que, por mais que o objeto de análise de *Jacobinos negros* seja a revolução dos escravos na ilha de São Domingos na virada dos séculos XVIII e XIX, o que James tinha em mente ao escrever sua obra mais famosa era o incipiente processo de descolonização na África. Além disso, tendo em vista a lição do processo revolucionário liderado por Toussaint L'Ouverture, a intenção era reiterar que a emancipação da África deve ser obra das próprias massas exploradas africanas.

Zanin (2020) argumenta que a diferença de James em relação às correntes dominantes do marxismo consiste em demonstrar que o segmento proletário mais avançado dos processos revolucionários que atravessam a guerra mundial jacobina e antijacobina está nos escravos nas colônias indo-ocidentais. Alguns elementos – a produção exclusivamente voltada para o mercado mundial, o grande número e concentração de escravos na plantação e a disciplina de ferro – permite que o intelectual de Trinidad identifique nos escravos daquela que foi a colônia mais produtiva de todo o

sistema colonial da época – ou seja, a Santo Domingo francesa – a seção do proletariado mundial que corresponde à exploração manufatureira mais intensa da época.

Um dos argumentos centrais de C.L.R James (2010) é que, os trabalhadores produtivos das colônias, emancipando-se de sua correntes, impulsiona os *sans-culottes* e a plebe metropolitana, apoiando e formulando ideias e práticas que iam além das concepções e políticas vigentes da democracia burguesa. Ou seja, o que James (2010) quer dizer é que, se não fosse a Revolução de São Domingos, os direitos humanos não teriam se aplicado aos escravos, como tinha acontecido nos EUA. Os escravos insurgentes tinha sido, portanto, os verdadeiros responsáveis pela universalização dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade proclamados na França em 1789.

Cyril James sempre ressaltou a necessidade do reconhecimento não só da importância da questão racial na luta da classe trabalhadora, como também da sua radicalidade e potencial revolucionário. O marxista de Trinidad é enfático ao afirmar que os negros “eram ou são tão revolucionários quanto qualquer outro grupo social oprimido” (JAMES *apud* MOTA; DOMINGUES, 2021, p. 217). Sendo assim, caberia aos marxistas enxergarem o protagonismo desempenhado por esse segmento populacional na transformação da sociedade ocidental. James não ocultava seu otimismo quanto ao papel proativo que seria desempenhado pela população negra na construção do projeto revolucionário: “na África, na América, no Caribe, em uma escala nacional e internacional, os milhões de negros erguerão suas cabeças, deixarão de estar ajoelhados, e escreverão alguns dos mais massivos e brilhantes capítulos da história do socialismo revolucionário” (JAMES *apud* MOTA; DOMINGUES, 2021, p. 217). Para Cyril James, a revolução socialista cumpriria o papel “redentor”, na medida em que teria o poder de eliminar não só o capitalismo, como também um de seus colorários: a opressão racial.

Outra referência incontornável sobre o protagonismo dos sujeitos racializados no pensamento caribenho é *Os condenados da terra* de Frantz Fanon, publicado em 1961. Em sua obra, o revolucionário da Martinica articula as lutas anti-coloniais com o marxismo e o antirracismo. Segundo Muryatan Barbosa (2021), a “nacionalização do marxismo” que Fanon pretendia, tal qual os chineses e vietnamitas estavam fazendo à época, consistia justamente em conformar um marxismo que fosse a “análise concreta da realidade concreta”, como sustentava Lenin. Sucintamente, Fanon acreditava que a revolução argelina não passaria pelos proletários, mas pela ação revolucionária dos camponeses e do lumpemproletariado. Segundo o psiquiatra, estes seriam os únicos que

de fato, naquele momento histórico, não tinham nada a perder a não ser seus grilhões: os condenados, tal qual disse Marx no *18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Nos países coloniais (e Fanon está olhando especificamente para a realidade africana) os dois principais interessados numa transformação radical – por serem justamente as camadas sociais mais exploradas – são, portanto, o lumpemproletariado composto por frações rurais que emigraram forçosamente para os centros e os camponeses que permanecem firmes às tradições coletivistas (FANON, 2010). E se esse potencial não for apropriado pelos partidos e movimentos políticos de caráter emancipatório, pode ser futuramente apropriado pelas forças de reação colonial, opondo esse poder tradicional às forças anticoloniais. Por esses motivos, a ação dessa massa rural é decisiva nos acontecimentos antes e depois dos processos de independência. O caminho esta, pois, no encontro com os *condenados da terra*.

Isto posto, em Frantz Fanon, o colonialismo é uma estrutura de dominação e exploração com dimensões tanto subjetivas quanto objetivas. A sua objetividade reside em uma articulação material particular – tanto econômica quanto extraeconômica - junto ao complexo sócio-metabólico do capital. O capitalismo, o colonialismo e o racismo, desta forma, adquirem expressão em um complexo de complexos interdependentes. Isso significa - nas palavras de um grande especialista sobre a obra do Martinicano -,

por um lado, que a descolonização, tão comentada hoje em dia, seria bem-sucedida se articulasse, ao mesmo tempo, a luta pela afirmação e posterior superação das identidades subalternizadas em direção ao reconhecimento de si, enquanto ser humano – genérico, e a luta pelo desmantelamento revolucionário do complexo social colonial-capitalista (FAUSTINO, 2021, p. 182).

Como dizia o próprio Fanon, a desalienação só seria possível mediante a “reestruturação do mundo”:

Eu, homem de cor, só quero uma coisa: que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre (FANON, 2008, p. 190).

Considerações finais:

Após essa breve incursão e introdução sobre esses autores, argumentamos que o chamado “marxismo negro” tem que ser considerado como um movimento de recepção, aclimatação e até mesmo reinvenção crítica dos postulados marxistas dentro das tradições históricas das lutas dos movimentos negros.

E apesar de suas especificidades, acreditamos que o “marxismo negro” deve ser incluído como parte de uma tradição muito mais ampla que poderíamos chamar de “marxismo do sul-global” ou até mesmo “marxismo anti-colonial”, sendo o “sul” uma metáfora para se pensar a desigualdade sistêmica da maioria dos países do mundo. Neste campo estão presentes diferentes personagens e versões descolonizadoras do marxismo, como Mariátegui, Amílcar Cabral, Ernesto Guevara, Ruy Mauro Marini, Clóvis Moura, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes.

Portanto, enquanto maior parte do marxismo “clássico” ocidental construiu suas propostas e teorias a partir da experiência histórico-social de uma pequena parte do mundo, o que estamos chamando de “marxismo anti-colonial” teoriza a partir da experiência concreta da maioria da população mundial, utilizando o materialismo histórico como ferramenta para compreender aspectos cruciais do capitalismo - que historicamente não foram abordados em sua complexidade pelas tradições eurocêntricas - como a sua dimensão global, a situação colonial, a questão de gênero e, sobretudo, a relação entre raça e classe.

Acreditamos que trazer as contribuições de Cyril James, Eric Williams, Walter Rodney e Frantz Fanon sobre o colonialismo e a agência dos sujeitos racializados, é fundamental para demonstrar como a articulação entre raça e classe é um imperativo não apenas para a compreensão da realidade social, mas, sobretudo, um fator imprescindível para qualquer projeto de emancipação social na periferia do mundo. A partir da ótica dos “condenados da terra” – esses autores construíram um pensamento crítico descolonizador, destinado não apenas a combater a narrativa eurocêntrica sobre o desenvolvimento da modernidade, mas também conformado pela necessidade da construção de uma *práxis* radical de libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial e imperialista.

Referências bibliográficas:

ANDERSON. Kevin B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÁLVARES, Cláudia. “Teoria pós-colonial, Uma abordagem sintética” in *Revista de Comunicação e Linguagens - Tendências da Cultura Contemporânea*, J. Bragança de Miranda e E. Prado Coelho (org.), Lisboa, Relógio de Água, 2000.

BARBOSA, Muryatan. *Pan-africanismo e marxismo aproximações e diferenças a partir do pensamento africano contemporâneo*. <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p60-86>, v. 2, p. 60-86, 2021.

Cavlak, I. Walter Rodney: intelectual socialista e historiador da África. *Revista Eletrônica Da ANPHLAC*, 21(30), 365–383, 2021.

DAMASCENO, Wagner Miquéias. *Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil: uma abordagem marxista/ Wagner Miquéias Felix Damasceno*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

DAVIS, Angela. Apresentação in: *Como a Europa subdesenvolveu a África / Walter Rodney* – São Paulo: Boitempo, 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FAUSTINO, Deivison. *Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon*. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013.

FAUSTINO, Deivison. *Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo*. SER Social, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan. – jun. / 2018.

FAUSTINO, Deivison. *Muito além do discurso: a relação entre colonialismo, capitalismo e racismo no pensamento de Frantz Fanon in: Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista* (livro eletrônico) / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).

GARCÍA, Félix Valdés. Introdução in: *Antología del pensamiento crítico caribeño contemporáneo / Sylvia Wynter... [ET AL.] ; coordinación general de Félix Valdés García*. – 1ª Ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

Grosfoguel, R. (2018). ¿Negros marxistas o marxismos negros?: una mirada descolonial. *Tabula Rasa*, (28), 11-22.

Hernández, R. Cuando los leones hacen la historia: el marxismo negro de Walter Rodney. *Tabula Rasa*, (28), 79-105, 2018.

Hernández, R. El marxismo afrocaribeño como un humanismo de la praxis. *Tabula Rasa*, 42, 187-208, 2022.

JAMES, Cyril. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: *Teoria marxista hoje – Problemas e perspectivas*. Atílio Borón (org). Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Prefácio in: *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo; SILVA, Jair Batista. Apresentação in: *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista* (livro eletrônico) / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).

MOTA, Iacy; DOMINGUES, Petrônio. Tradição negra radical e marxismo: C.L.R James e a revolução de São Domingos in: *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista* (livro eletrônico) / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batistada Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).

MITROVIC, Mijail; LEÓN, Sebastián. Raza y clase en el materialismo histórico: notas sobre a América Latina. *Pacha. Revista de Estudios Contemporáneos Del SurGlobal*, 2022.

MOORE, Carlos. *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friederich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: CENAFRO, 2010.

MUSTO, Marcello. *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PICO, Daniel Montañez. *Marxismo negro: Pensamiento descolonizador del Caribe anglófono*. Editora Akal/ Inter Pares, 2020.

PINTO, Simone Rodrigues. *Pensamento (teoria) social e político latino-americano e caribenho / Simone Rodrigues Pinto*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Serra Nova, Lisboa, 1975.

ROBINSON, CEDRIC. *Marxismo negro: la formación de la tradición radical negra*. Editorial Traficante de Sueños, Madrid, 2021.

SANTOS, Patrick Silva dos. O negro na revolução socialista brasileira: uma análise das expectativas de Florestan Fernandes. *Mosaico* – volume 12 N°19 - ano 2020.

SILVEIRA, Maria de Fátima. *Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no Pensamento Social Latino-americano*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo (USP), 2018.

SILVEIRA, Maria de Fátima. O autêntico e fechado mundo dos brancos: notas sobre a articulação entre classe e raça no pensamento de Florestan Fernandes. In: *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista* (livro eletrônico) / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).

SOUZA, Cristiane Sabino de. *Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil*. Tese de doutorado - Programa de Pós- Graduação em Serviço Social UFSC, 2019.

TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ZANIN, Valter. *Introdução à obra e à vida de C.L.R James*. Lugar Comum n.58, Riode Janeiro: 2020.